

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº      , DE 2006**  
**(Do Sr. Joaquim Francisco)**

Requer sejam solicitadas  
informações ao Ministério das  
Comunicações sobre ações preventivas de  
combate à clonagem de celulares.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art.º 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116, do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro das Comunicações, no sentido de esclarecer esta Casa quanto às providências e ações preventivas tomadas no âmbito do Poder Executivo e do órgão regulador competente no sentido de coibir o crime de clonagem de aparelhos celulares.

**JUSTIFICAÇÃO**

O celular foi incorporado ao dia-a-dia do cidadão brasileiro como objeto que facilita enormemente a sua vida, pela mobilidade que proporciona. Com ele, pode-se, de qualquer lugar e a qualquer hora, fechar negócios, trocar idéias, marcar encontros e pedir ajuda em situações de risco. Em que pese seja um aliado na correria cotidiana, para muita gente, ter um aparelho móvel tem sido sinônimo de dor de cabeça. É cada vez mais freqüente a prática de clonagem de celular, que significa a utilização de um

mesmo código de acesso por terceiros, por meio de uma reprogramação tecnológica.

Além de causar danos materiais e morais aos assinantes, que se surpreendem com contas telefônicas astronômicas, a fraude provoca grandes prejuízos financeiros às empresas, que findam por arcar com o custo das ligações não autorizadas, e ao País, pelo impacto que acaba provocando no custo global do sistema móvel.

Segundo números da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), de janeiro a agosto de 2005, foram registradas 7.380 reclamações sobre clonagem, o que representa 57,4% a mais do que as ocorrências feitas durante todo o ano anterior. Em 2003, registraram-se 603 reclamações desta natureza. Estima-se, no entanto, que tais números são subnotificados, em virtude de que o usuário nem sempre se dá conta de que seu aparelho foi clonado.

Pela amplitude que o problema atingiu, é imperativo que as autoridades competentes assumam a condução do esforço de encontrar soluções urgentes e efetivas para o problema, considerando-se especialmente, que o aparelho móvel já atingiu a marca, na sociedade brasileira, de mais de 85 milhões de unidades, sendo que pelo menos metade são da tecnologia TDMA e CDMA, mais vulneráveis à clonagem, em virtude de que os sinais trafegam por redes analógicas, sem qualquer tipo de codificação.

Pelo exposto, julgamos que, na luta contra a indústria da clonagem, o Poder Público deve atribuir responsabilidades às empresas que atuam no mercado, sejam operadoras de telefonia móvel, sejam fabricantes de equipamentos, para chegarmos ao rápido equacionamento do problema, num processo que deve incluir também a participação ativa do Parlamento.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2006.

Deputado JOAQUIM FRANCISCO